

A necessidade do conhecimento em investigação jornalística de precisão na formação do profissional para fortalecer as deontologias do jornalismo e seu exercício na sociedade contemporânea¹

Paula Melani Rocha

Universidade Estadual de Ponta Grossa², Brasil

paulamelani@gmail.com

Gisele Barão da Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

giselebarao@yahoo.com.br

Resumo: Na complexidade da sociedade do século XXI, vem se configurando a necessidade de intensificar a produção de reportagens investigativas, impulsionada pelas demandas sociais e pela deontologia do jornalismo. No entanto, por essa perspectiva ainda há um descompasso entre a formação acadêmica do jornalista brasileiro e a prática profissional. O presente artigo discute a necessidade dos cursos de graduação em Jornalismo do Brasil inserirem a disciplina jornalismo investigativo ou apuração com precisão nas novas grades curriculares elaboradas a partir das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Jornalismo, aprovadas em setembro de 2013. Os procedimentos

metodológicos incluem pesquisa bibliográfica e documental, a partir da análise das grades curriculares de quatro instituições de ensino em Jornalismo da região Sul, que receberam nota cinco na última avaliação do MEC realizada em 2012. A discussão teórica fundamenta-se em estudos do jornalismo e jornalismo investigativo. Entre as conclusões percebe-se a necessidade das instituições de ensino fortalecerem aspectos da produção jornalística, incluindo apuração, investigação e análise de banco de dados com o propósito de capacitar os futuros profissionais a desenvolverem reportagens investigativas envolvendo políticas públicas.

Palavras-Chave: Jornalismo. Jornalismo investigativo. Políticas públicas.

1. Submetido a 9 de Março de 2014 e aprovado a 15 de Maio de 2014.

2. Rua Guarani S/N (Cleonice) - Nsa Perpetuo Socorro - Bnh, PR, Brasil

The need for knowledge in investigative journalism precision in professional training to strengthen deontology and the exercise of journalism in the contemporary society

Abstract: In the complexity of the twenty-first century society, has represented the need to intensify the production of investigative reporting, driven by social demands and the deontology of journalism. However, from this perspective there is still an imbalance between academic training of Brazilian journalist and the professional practice. This article discusses the need for undergraduate courses in Journalism from Brazil to insert investigative journalism or precision investigation in the new Curriculum Frameworks elaborated from the Curriculum Guidelines for Courses Journalism, approved in

September 2013. The methodological procedures include bibliographical and documental research, from the analysis of the Curriculum Frameworks of four institutions of learning in Journalism from the South region, who received grade five in the last review of the MEC held in 2012. The theoretical discussion is based on studies of journalism and investigative journalism. Among the conclusions you realize the need of educational institutions strengthen aspects of journalistic production, including investigation, research and analysis database in order to train future professionals to develop investigative reports involving public policies.

Keywords: Journalism. Investigative Journalism. public policies.

As configurações do jornalismo no início do século XXI e as demandas da sociedade

Os paradigmas do jornalismo emergem em contextos históricos determinados dialogando com a sociedade e suas as manifestações políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. Foi assim com o jornalismo partidário, informativo, interpretativo, literário, sensacionalista, investigativo, o que não

significa necessariamente que um modelo elimina a existência do outro, eles podem coexistir no mesmo espaço e tempo. Embora tenham se desenvolvido em realidades específicas como o modelo francês e o anglo-saxônico, eles ultrapassaram as fronteiras territoriais e foram incorporados por outros países.

Assim como o jornalismo interpretativo nasceu nos EUA para atender uma sociedade do período pós-Primeira Guerra, carente de entendimento sobre a complexidade das relações internacionais e suas interfaces com os aspectos políticos, econômicos e sociais, a sociedade do século XXI, em um cenário digital e em rede, também necessita de auxílio para entender os acontecimentos e fortalecer o exercício da democracia. Castells (2005) define a sociedade em rede como:

(...) uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (CASTELLS, 2005, p. 19).

A partir da segunda metade do século XX acelerou o surgimento de novos veículos e plataformas, a informação tornou-se veloz e com um alcance indeterminado, oriunda de diversas fontes, credíveis ou não. Esse novo ecossistema da informação, como caracteriza Mesquita (2014) não é apenas usufruído pelos indivíduos, mas profissionais e empresas também atuam utilizando multiplataformas e ferramentas para atingir seus objetivos.

Consolida-se aí o conceito de multiplataforma (e viabilizam-se as redes sociais, as redes de interesse específico, as redes de nicho), que requer ainda processo de monitoramento (big data) e a inter-relação com *landing pages* apropriadas para fazer andar o processo de comunicação e articulação frente a um objetivo ou a uma gama deles. (MESQUITA, 2014, p.27).

Como pontua Chaparro (2006), os avanços da tecnologia e a rapidez da informação, instigam o jornalista de hoje não apenas a narrar o que acontece,

mas também tem que ser capaz de compreender e atribuir significados aos fatos. Para ele, a dificuldade não está nas ferramentas e sim na capacidade intelectual para apreender e compreender os acontecimentos. Como constatou o sociólogo alemão Weber (1972) em seu estudo sobre as notícias publicado em 1918, um bom trabalho jornalístico exige tanta inteligência quanto qualquer outro trabalho intelectual e o sentimento de responsabilidade de um jornalista honrado também é tão importante quanto o de qualquer outro intelectual.

O poder dessa informação veloz afeta Estado e sociedade. O século XXI colocou em xeque alguns pilares do jornalismo. As transformações tecnológicas, somadas ao ritmo acelerado da troca de informações frente à crescente facilidade de acessá-las, levou teóricos, profissionais de mercado e empresas de comunicação a pensarem novos modelos de negócio para o jornalismo. Na configuração desse novo modelo, nos EUA ocorrem um movimento de fechamento de jornais principalmente do interior e uma redução no staff das redações, como, por exemplo, os impressos *The Baltimore Sun's* que dos mais de 400 jornalistas reduziu para 150, *Philadelphia Inquirer's* de 600 ficou com 300 profissionais, *Cleveland Plain Dealer's* de 400 diminuiu para 240, *San Francisco Chronicle's* de 500 restou cerca de 200 e *Los Angeles Times'* de 1.100 caiu para 600 (DOWD JR; SCHUDSON, 2009). Mas os questionamentos não esbarraram apenas nas possibilidades de gestão, instigou-se também o fazer jornalístico atendendo as demandas da sociedade. O jornalista Rodrigo Lara Mesquita (2014, p.27) sintetiza essa nova configuração como:

A tendência tecnológica é reforçada pela demanda da sociedade. A tecnologia, suas ferramentas e processos vão contribuir para dar vazão às necessidades de uma sociedade muito mais complexa e fragmentada da que foi regida pelas tecnologias da era industrial. Essa percepção já é latente na sociedade contemporânea, atônita com o contexto e surpreendida pelos novos processos da informação, comunicação e articulação num mundo em profunda transformação. Nesse cenário, o do avanço das multiplataformas de atuação, estão contidos também o *cloud*, a mobilidade e a *analytics*.

Nesse sentido, Downie Jr e Schudson (2009) ao analisarem a reconstrução do jornalismo americano, mostram que no contexto das transformações, a internet é um aliado seja por proporcionar a interatividade com o público, seja pela oferta de recursos multimídia na construção da reportagem como os mapas interativos ou mesmo por viabilizar a possibilidade de encontrar informações e pessoas. Um exemplo foi o caso da busca de fontes através do U.S. Forest Service, utilizando pesquisa no Google, durante a cobertura das repórteres Bettina Boxall e Julie Cart, sobre o aumento do número de incêndios criminosos na Califórnia, em 2009 pelo jornal Los Angeles Times. Com essa reportagem, as duas jornalistas receberam o prêmio Pulitzer. “You stumble across documents and sources that you didn’t even know existed and, with a few keystrokes, they are rolling off your computer printer. It has made basic research faster, easier, and richer. But it can’t displace interviews, being there, or narrative.” (DOWNIE JR; SCHUDSON, 2009, p.13)³. Os autores também apontam a emergência de novas organizações jornalísticas atuando na internet com diferentes conteúdos, áreas de cobertura e formas de subsídios.

Different kind of news organizations are being started by journalists who have left print and broadcasting and also by universities and students, and by Internet entrepreneurs, bloggers, and so-called ‘citizen journalists.’ Many of these new organization report on their communities. Others concentrate on investigative reporting. Some specialize in subjects like national politics, state government, or health care. Many of them are tax-exempt nonprofits, while others are trying to become profitable. Must publish only online, avoiding printing and delivery costs. (DOWNIE JR; SCHUDSON, 2009, p.34).⁴

3. “Você tropeça em documentos e fontes que você nem sabia que existiam e, com algumas teclas digitadas, eles vão rolando na impressora do seu computador. Ele faz a pesquisa básica mais rápido, mais fácil e mais rica. Mas isso não pode deslocar as entrevistas, estando ali, ou narração.” (Tradução do autor)

4. “Diferentes tipos de organizações de notícias estão sendo criadas por jornalistas que deixaram a imprensa ou sistema de radiodifusão, e também por estudantes, universitários, blogueiros, empreendedores de internet e os chamados jornalistas cidadãos. Muitas dessas novas organizações de notícias informa sobre suas comunidades. Alguns se especializam em assuntos como política

Para Lorenz (2014) frente à disponibilização crescente de informações na internet, é primordial que o jornalista saiba encontrar dados e fazer suas conexões, indo além do que está visível na rede e trazendo ao leitor informações úteis para um maior entendimento contextual e crítico. Cabe ao profissional imergir nos labirintos da rede em busca dessas informações. “Na economia global de hoje existem conexões invisíveis entre produtos, as pessoas e vocês. A linguagem desta rede são os dados: pequenos pontos de informação que muitas vezes não são relevantes em uma primeira instância, mas que são extraordinariamente importantes quando vistos de ângulo certo” (datajournalismhandbook.org/pt).

Nessa conjuntura cravada pelas possibilidades e potenciais da internet, da intensa presença das tecnologias no processo de produção jornalística, do pensar modelos de gestão das organizações de comunicação, e na esteira da aprovação das novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Jornalismo, em setembro de 2013, o presente artigo tem como objetivo discutir a necessidade de formar profissionais com competência para atender as novas demandas da profissão, sociedade e mercado.

Na década de 1980, Soria (1988) constatou que o jornalista tinha que melhorar sua formação para que de fato conhecesse as necessidades informativas do público e determinasse o modo adequado de atender as demandas. Em uma sociedade volátil e complexa, a pergunta é se não cabe às instituições de ensino superior em Jornalismo brasileiras olharem para a realidade e para as lacunas na prática deontológica e epistemológica do jornalístico e transporem para a academia novas reflexões críticas e saberes para a formação do profissional com o propósito de capacitá-los a atender as necessidades informativas do público e suas demandas, em um cenário em transformação. Em especial, esta reflexão se debruça sobre o conhecimento em jornalismo investigativo e jornalismo de precisão, com ênfase em técnicas de apuração.

A percepção deste distanciamento entre teoria e prática do jornalismo investigativo partiu da experiência de oito anos como coordenadora de curso e como docente, mais especificamente durante os últimos quatro anos lecionando

nacional, governo estadual, ou assistência média. Muitos deles são entidades sem fins lucrativos isentas de impostos, enquanto outros estão tentando se tornar rentável. Devem publicar apenas online, evitando custos de impressão e entrega.” (Tradução do autor)

produção de reportagens. Na tentativa de olhar para outras instituições de ensino, foram analisadas as grades curriculares de quatro cursos da região Sul do país, as quais estavam entre as quinze que receberam nota cinco no último ENADE, realizado pelo MEC em 2012. Do total da amostra, três são públicas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e uma é particular, o Centro Universitário de Maringá (UniCesumar). A escolha pela região Sul deve-se apenas à proximidade do pesquisador, que trabalha nesta respectiva localidade.

A teoria e a prática do jornalismo investigativo no Brasil

Para discutir sobre a formação dos jornalistas é preciso partir dos projetos pedagógicos que são vislumbrados para atender, de certa forma, as Diretrizes Curriculares. Tratando especificamente do jornalismo, os projetos pedagógicos em vigor seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais de vários cursos na área de humanidades, as quais foram implantadas em 4 de julho de 2001, pelo Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação. Elas trazem uma logística ultrapassada no ponto de vista atual, mas em consonância com o cenário de 12 anos atrás. Como foi apontado acima, durante esse período, intensificaram as interfaces no fazer jornalístico, a rotina profissional no processo de produção jornalística passou a interagir com novos componentes, o contato com as fontes tornou-se cada vez mais virtual, a informação ficou mais veloz, despontaram novas funções e outras desapareceram, a estrutura organizacional das redações enxugou, informações passaram a ser despejadas diariamente na rede e um novo mundo de conexões entrelaçou-se no espaço cibernético. O perfil do egresso que as instituições de ensino superior devem preparar atualmente nos quesitos competência e habilidade em jornalismo não correspondem plenamente ao contemplado no documento de 2001, as inovações no mercado precisam ser transportadas para a academia, com a responsabilidade de fomentar um conhecimento crítico.

No ranking das quinze instituições de ensino superior em Jornalismo que receberam nota cinco no último exame do ENADE realizado em 2012 pelo

MEC, quatro são da região Sul do país. Ao observar as grades curriculares dessas quatro instituições publicadas na internet constatou-se que nenhuma delas oferece disciplinas específicas sobre apuração, jornalismo de precisão ou Jornalismo Investigativo. O que não significa que o conteúdo não esteja diluído em disciplinas como Jornalismo Impresso, Técnicas de Redação Jornalística ou mesmo Jornalismo Especializado, mas que de certa forma conota-se que não enfatizam o conteúdo em apuração e/ou técnicas e conceitos de jornalismo investigativo especificamente.

Isso caracteriza um conteúdo mais homogêneo e estandardizado do processo de apuração jornalística, centrado nos princípios da observação, consulta a fontes secundárias e primárias, priorizando a fala de indivíduos e colocando em segundo plano a análise de pesquisas, documentos e banco de dados, procedimentos estes que exigem uma abordagem mais profunda e com conhecimento crítico sobre a sociedade e sua complexidade como também das novas tecnologias. Não se trata de dominar softwares, mas entender a lógica do funcionamento da rede, suas possibilidades, potenciais e conexões com as dimensões políticas, sociais, econômicas e governamentais.

Deve-se considerar que a formação profissional sustenta-se nos domínios dos “saberes” teóricos e práticos, os quais articulam três componentes diferentes: conhecimento, capacidade e competência (BARBIER, 1996 apud FIDALGO, 2008), assim os cursos tem que dar conta dessas três dimensões via pesquisa, ensino e extensão. O conhecimento corresponde aos saberes adquiridos por meio de sistemas de socialização como escola e ensino. A capacidade diz respeito aos saberes que integram elementos operativos, relacionados a atividades concretas “sobretudo através de sistemas de socialização como a formação, o treino, o exercício” (FIDALGO, 2008, p. 5). A competência envolve os saberes diretamente ligados à ação tanto do ponto de vista da performance realizada, como do comportamento adotado e desenvolve-se através de sistemas de socialização como os do trabalho e de formação integrada no trabalho (FIDALGO, 2008).

Fidalgo (2008) parte do conceito de competência, visto como uma nova tentativa de referendar a qualificação, para compreender a essência do “saber profissional”. O autor se preocupa justamente em pontuar distinções entre o profissional como sujeito e o posto a ocupar, atribuindo assim à noção de

qualificação as qualificações necessárias para um posto de trabalho e a noção de competência diz respeito às qualificações referentes à pessoa (OIRY & D'IRIBARNE, 2001 apud FIDALGO, 2008).

O autor associa competências não apenas a um saber prático (“saber-fazer”), mas ao que ele denomina de saber de ação, o qual congrega o “saber conhecer”, “saber fazer” e “saber-ser”, e vê este como uma categoria que ultrapassa o postulado binômio teoria/prática.

Aqui estabelece-se constantemente uma relação com a experiência, com o trabalho concreto e com a aprendizagem que (também) se realiza nele e através dele, num processo que não significa mera justaposição de saberes, mas o seu relacionamento dialético (FIDALGO, 2008, p. 9).

A competência profissional não se limita ao âmbito da ação, mas sim de uma ação reflexiva, a qual sustenta os “saberes de ação”, caracterizados por Schön (1996, apud FIDALGO, 2008) como “uma nova epistemologia do agir profissional”. No caso do jornalismo, essa nova epistemologia possibilita “novas orientações do ensino e da formação dos profissionais (FIDALGO, 2008, p.13). Segundo Fidalgo (2008), a competência específica do jornalista associa a formação da faculdade com a experiência adquirida no campo profissional e com a prática reflexiva na busca de respostas exigidas pelo contexto da ação, podendo ampliar aqui na interação do contexto da ação, componentes externos como o uso de novas tecnologias, suportes e a própria complexidade da sociedade digital e em rede. Porém, é necessário trazer essas inovações para a formação do profissional, num movimento contínuo costurando teoria e prática e acompanhando, na medida do possível, as transformações profissionais e da sociedade.

Atualmente o profissional busca essa qualificação em cursos de especialização, ou mini cursos oferecidos pela própria empresa ou por ONGs, ou ainda por consultorias. Isso repercute em uma baixa produção de reportagens investigativas ao considerar o universo nacional de meios de comunicação sejam veículos impressos, audiovisuais e disponibilizados na rede (como agências, sites, blogs, organizações não governamentais, redes colaborativas entre outros).

Em um levantamento disponibilizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)⁵ encontram-se 62 reportagens publicadas utilizando base de dados no país, referente aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. Onze foram publicadas pelo Estado de São Paulo, dez pela Folha de São Paulo, sete pelo jornal Zero Hora, três pelo Diário de S. Paulo, doze pelo O Correio, cinco pelo G1, uma pela Gazeta do Povo/RPCTV, uma pela revista Época, duas pelo Caxiense, uma pelo jornal O Globo, uma pela RBSTV/ Rádio Gaúcha, uma pela Agência pública O Eco, uma pelo site O Eco, uma pelo Impedimento, uma pelo Blog do Luis Nassif, uma pela R7, duas pelo Diário Catarinense e uma pela RBS TV – SC. Quanto à autoria, o levantamento aponta que sobressai em cada veículo a assinatura do mesmo jornalista nas respectivas reportagens indicando que nem todos os profissionais da redação dominam o conhecimento em utilizar os computadores no auxílio da reportagem e também que em determinados veículos há equipes específicas para se dedicarem na produção de reportagens investigativas, que demanda tempo e conhecimento. Outra revelação é a pouca produção desse tipo de reportagem pelas emissoras de rádio e televisão frente ao predomínio dos sites, agências online e impressos. Na esteira dessa perspectiva, se os cursos de graduação em Jornalismo capacitarem melhor os futuros profissionais, a tendência é aumentar a produção de jornalismo investigativo utilizando base de dados e apuração com precisão. Sem descartar, no entanto, que o crescimento de reportagens investigativas não depende unicamente da formação do profissional, mas também de iniciativas e investimentos da própria empresa de comunicação. Apesar desse porém, se as instituições de ensino colocarem no mercado jornalistas capacitados e com formação crítica para desenvolver esse tipo de reportagem frente à situação atual de produção e à própria lógica de concorrência do mercado pelo furo e pela boa reportagem, acredita-se que a produção e veiculação não será tão incipiente.

Meditich (1992), lança um desafio ainda maior para os cursos de Jornalismo, o de conseguir transpor a capacitação científica (“teoria”) e técnica (“prática”) dos profissionais, assim, “os cursos deverão capacitá-los para uma abordagem

5. Publicado em http://docs.google.com/spreadsheets/d/1IkCehRdDdAs_OTkxa0GsNDkH_3wRz_7ttnm_7mO47l/edit#gid=0

jornalística da realidade, diferente da que a ciência faz. Isso é mais difícil de conseguir, e implica mudança radical do ensino do Jornalismo”. (MEDITSCH, 1992, p. 86). Ele participou da comissão instaurada pelo MEC em 2009⁶, para elaborar um estudo sobre as novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo. O documento proposto pela comissão foi aprovado em setembro de 2013. Nesse sentido, o graduando em Jornalismo deve adquirir conhecimento sobre os problemas da sociedade atual, nas dimensões política, social, cultural, tecnológica, educacional, de saúde enfim, (como fome, exploração, falta de habitação, desmoronamentos, desabrigados, corrupção, tráfico, política internacional entre outros) e pensá-los a partir da holística do jornalismo, sem descartar os conceitos historicamente elaborados pelas ciências humanas e sociais.

Ao contrário do que têm dito alguns críticos das novas diretrizes, essa quebra de paradigma não significa um abandono da teoria ou da pesquisa científica nos cursos: pelo contrário, significa a sua valorização, dando-lhe coerência e sentido na formação profissional de jornalistas como produtores intelectuais. Não se trata de uma opção pelo tecnicismo, mas de uma exigência de reorientação dos conteúdos teóricos ministrados nos cursos, que pela norma não devem ocupar menos de 50% de toda a carga horária de disciplinas. Uma reorientação para que façam mais sentido na formação dos alunos enquanto intelectuais, com uma visão ampla, generalista e humanista, mas ao mesmo tempo especializada, uma vez que o jornalismo, como produção de conhecimento, tem uma perspectiva diferenciada em relação a da ciência e a da arte. (MEDITSCH, 2014).

A discussão proposta é de integrar aos cursos de graduação em jornalismo conteúdo com conhecimento crítico sobre apuração jornalística que possibilite ao novo profissional atuar em um mercado em constante transformação, atendendo as demandas sociais e aproveitando a aprovação das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo, em setembro de 2013. É capacitá-lo

6. A Comissão foi presidida pelo professor José Marques de Melo e integrada por Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira.

a enxergar e denunciar o vazio das políticas públicas, desigualdades, mazelas sociais, corrupção, assuntos ocultos ou ocultados por pessoas ou instituições e que são de interesse público, enfim, reportar problemas que assolam a sociedade. Uma boa reportagem investigativa de gastos públicos, por exemplo, não se limita a apontar os recursos disponíveis para os programas federais ou uma planilha orçamentária de determinado ano. Como caracteriza Sollani (2008, p.157) em uma boa cobertura sobre orçamento do Estado e políticas sociais não basta apenas seguir o dinheiro:

é preciso estabelecer comparações históricas para saber o comportamento dos gastos ao longo do tempo; usar parâmetros internacionais (“benchmarks”) para avaliar a eficiência dos projetos específicos; recorrer a estudos sobre a evolução dos indicadores sociais do país, a pesquisas que avaliam programas específicos do governo e a especialistas para saber se os resultados dos programas justificam as despesas. É preciso ainda consultar ONGs (organizações não-governamentais) que acompanham a execução ou estão diretamente envolvidas em projetos do Estado e, não menos importante, conversar com os próprios supostos beneficiários dos programas.

Não se restringe a ler ou disponibilizar os dados, mas entendê-los, contextualizá-los, interpretá-los e conectá-los com outras variáveis. Um trabalho intelectual, que exige conhecimento, competência e capacidade. O jornalismo investigativo tem que superar o simples acontecimento do fato, como Dines (1986 apud SEQUEIRA, 2005, p. 21) pontua, deve ser o “engrandecimento da informação a tal ponto que ela contenha os seguintes elementos: dimensão comparada, remissão ao passado, interligação com outros fatos, incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro”.

O jornalismo investigativo deve ir além do simples monitoramento das ações do governo, mas perceber vidas anônimas, invisíveis aos olhos da sociedade mesmo vivendo nela (Kovach; Rosenstiel, 2003). Essa prática exige um esforço maior no processo de apuração, um conhecimento mais apurado sobre o assunto. Para Reyes (1999, p.6):

Esta obra concebe o jornalismo investigativo como uma disciplina que requer mais tempo, dedicação e profundidade que o trabalho de relatar notícias sob pressão do fechamento. As reportagens investigativas geralmente aludem a um tema controverso que alguém deseja manter oculto.

É olhar para o Jornalismo Investigativo como um gênero específico e relevante na formação do profissional e não como um conteúdo que pode ser diluído em outras disciplinas da grade curricular. De acordo com Sequeira (2005) o jornalismo investigativo se diferencia das outras categorias da área porque demanda um processo de trabalho do profissional assim como métodos de pesquisa e estratégias operacionais. “Se alguma lição foi aprendida [...] [foi] a necessidade de considerar a informação como algo susceptível de ser trabalhado mais a fundo, de ser documentado, ampliado, verificado, contextualizado, indagado e investigado sob todos os ângulos” (LOPES, PROENÇA, 2003, p. 10).

Jornalismo investigativo: apuração com precisão e conhecimento crítico

A proposta é pensar uma disciplina que dê conta minimamente do conteúdo necessário para produzir reportagens investigativas utilizando desde procedimentos de apuração com o auxílio do computador para encontrar informações de órgãos públicos, contas públicas, receita federal, políticas sociais, banco de dados, redes colaborativas e fontes até conhecimento crítico para rastrear o conteúdo encontrado, estabelecer conexões e interpretá-lo de forma crítica e isenta.

A partir deste ano, os cursos de Jornalismo vão ter que reformular seus planos pedagógicos para se adequar às novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Jornalismo, que foram aprovadas com base no relatório das Novas Diretrizes Curriculares elaborado por uma comissão especializada e apresentado em 2009, ao Ministério da Educação (MEC). O novo documento propõe a construção das grades curriculares contemplando seis eixos temáticos - Eixo de formação

humanística; Eixo de fundamentação específica; Eixo de fundamentação conceitual; Eixo de formação profissional; Eixo de aplicação processual e Eixo de prática laboratorial. A concepção fundamenta nesses seis eixos enfatiza um olhar para as especificidades da profissão e para o conhecimento necessário aos jornalistas envolvendo os saberes teóricos e práticos de forma alinhada e complementar.

Entre os eixos apresentados no documento *Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo*, a disciplina proposta nesta reflexão atenderia basicamente os eixos de formação contextual e profissional:

Eixo de formação contextual, que tem por objetivo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e sócio-culturais, suas rotinas de produção e processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

(...)Eixo de formação profissional: que tem por objetivo embasar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com o universo dos processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, fomentando a investigação dos acontecimentos relatados pelas fontes, bem como a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas. (2009, p. 21).

A ideia é uma disciplina centrada a partir do terceiro ano do curso dialogando com esses dois eixos. Ao colocá-la no terceiro ano considera-se o amadurecimento teórico e prático que o aluno adquiriu ao cursar as disciplinas dos anos anteriores parte delas centradas nos eixos de fundamentação humanística, fundamentação específica e prática laboratorial que também dialogam transversalmente com a disciplina de jornalismo investigativo. Experiência similar foi realizada por uma instituição de ensino em Jornalismo em Ribeirão Preto, em 2008, quando enquanto coordenadora do curso juntamente com um grupo de professores, inserimos a disciplina Jornalismo Investigativo, ministrada por um professor

associado naquele momento à Abraji, e quem conhecia técnicas de apuração com auxílio de computador. Os 25 alunos matriculados na disciplina e orientados pelo respectivo docente sobre o projeto do “Mapa de Acesso” da Abraji apuraram o grau de transparência da esfera municipal de Ribeirão Preto, incluindo Executivo (prefeitura, algumas secretarias e autarquias) e Legislativo (Câmara Municipal). A investigação foi sistematizada em etapas durante o desenvolvimento da disciplina e procurou levantar a lista de funcionários que ocupavam cargos de confiança em todas as unidades da prefeitura, incluindo Câmara Municipal; o valor das diárias pagas para viagens envolvendo todos os integrantes do Poder Executivo durante os anos de 2005 a 2007; prestações de contas dos vereadores após viagens realizadas no mesmo período; e a lista com todos os funcionários inativos que recebem aposentadoria pelo Instituto de Previdência dos Municipiários (http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=776). Os alunos não obtiveram nenhuma resposta, revelando a não existência de transparência por parte dos poderes políticos no período da investigação, mas aprenderam o processo de investigação, pois com orientação jurídica protocolaram cartas solicitando nos respectivos órgãos tais informações, inclusive com o respaldo da Constituição. Os alunos também vivenciaram os constrangimentos de uma reportagem investigativa, pois a direção da faculdade proibiu a publicação do material, revelando suas estreitas relações com os poderes municipais. Apesar do posicionamento da instituição de ensino, à revelia, a coordenação do curso juntamente com o professor insistiram em publicar os resultados junto à Abraji e apresentá-lo em eventos científicos. O que de fato foi feito. No entanto, posteriormente a disciplina foi retirada da grade curricular.

Tal experiência aponta que é possível pragmaticamente capacitar os alunos com conhecimento e procedimentos de apuração para desenvolver reportagens investigativas. No entanto, a disciplina deve contemplar teoria e prática, instigando o “saber de ação” (“saber-fazer”; “saber-conhecer”; e “saber-ser”) agregando à formação do aluno uma nova epistemologia do saber profissional como específica Fidalgo (2008). A relutância a este aprendizado como foi apontado na experiência acima, só ilustra a carência da nossa sociedade por um jornalismo mais próximo de garantir o exercício da democracia no país e

maior visibilidade dos mandos políticos e econômicos exercidos pelos poderes instituídos.

A disciplina poderia ser anual para atender desde o processo de apuração com precisão, reconhecendo e percorrendo os caminhos possíveis e viáveis para mapear a pauta, incorporando consultas a documentos, fontes secundárias e primárias, pesquisas, confronto dos dados, adotar uma disciplina de verificação das informações coletadas, checagem e rechechagem do material.

No segundo semestre, introduz a apuração com auxílio de computador e as possibilidades de navegação na internet e em banco de dados, com competência para percorrer as conexões viáveis do universo na web, articulando com o conhecimento adquirido nas disciplinas do eixo humanístico e profissional, as quais irão propiciar ao aluno um olhar crítico para sistematizar a interpretação da investigação.

É importante salientar que em ambos os semestres, o conteúdo deve ser ministrado alinhando teoria e prática, indo ao encontro da locação da disciplina a partir do terceiro ano curricular, pois nesta etapa acredita-se que o aluno já adquiriu um amadurecimento crítico sobre a epistemologia do jornalismo. Outra sugestão é seguir a iniciativa adotada por alguns sites e novas organizações jornalísticas americanas as quais passaram a envolver cursos de Jornalismo e estudantes em projetos de investigação e cobertura jornalística.

Considerações finais

Frente aos rumos do jornalismo na sociedade atual, os avanços tecnológicos e sua incorporação na prática da profissão, bem como a baixa produção de reportagens investigativas e até mesmo da pouca prática do jornalismo guardião, de certa forma em contraste com a quantidade de informação disponível na sociedade globalizada e digital, os cursos de formação em jornalismo devem incorporar nas suas grades curriculares conteúdos que dialoguem com os elementos que interagem nessa nova conjectura.

A experiência em ministrar a disciplina de produção de reportagem durante quatro anos suscitou repensar a necessidade de ensinar procedimentos

de apuração, pois de maneira geral o alunado busca apenas indivíduos como fontes, apresentando dificuldades em analisar dados, documentos, percorrer os desdobramentos da apuração na busca de recheiar e tensionar as informações.

A reflexão proposta é preliminar e pretende incrementar sua elaboração com um estudo mais detalhado sobre as novas diretrizes curriculares, assim como aproximar as escolas de jornalismo da Abrajji, na busca de desenvolver projetos integrados como já vem ocorrendo em algumas universidades americanas. Pensar formas de estreitar esse laço traria ganhos notáveis aos estudantes e conseqüentemente aos futuros profissionais.

Referências bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In. *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Ação Política*. Castells, M. Cardoso, Gustavo (org). 2005. Disponível em www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Redde_CC.pdf
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo: o que os Jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- MESQUITA, Lara Rodrigo. O futuro 19 anos depois. In. *Revista de Jornalismo ESPM. Edição Brasileira da Columbia Journalism Reviw*. Janeiro, Fevereiro, Março de 2014.
- LOPES, Dirceu Fernandes & PROENÇA, José Luiz. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo, Publisher Brasil, 2003.
- LORENZ, Mirko. Por que jornalistas devem usar dados? In. Jonathan Gray, Liliana Bounegru, Lucy Chambers (org). *Manual de Jornalismo de Dados*. Disponível em <http://datajournalismhandbook.org/pt/> Acessado em 4 de abril de 2014.

- ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. *Relatório de desempenho da Lei de Acesso a Informações Públicas*. São Paulo: ABRAJI, 2013. Disponível em: <http://www.abraji.org.br/midia/arquivos/file1368697819.pdf>. Acesso: 20 de janeiro de 2013.
- MARQUES de MELO, Jose; VIZEU, Alfredo; CHAPARRO, Carlos; MEDITSCH, Eduardo; MOTTA, Luiz Gonzaga; ARAÚJO, Lúcia; MATTOS, Sérgio e MOREIRA, Sonia Virginia. Novas Diretrizes Curriculares para o curso de Jornalismo. Relatório Final entregue ao MEC em 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf Acessado em 04 de abril de 2014.
- MEDITSCH, Eduardo. Oportunidade para o reencontro entre teoria e prática. In. Observatório da Imprensa, publicado em 13 de abril de 2014. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed787_oportunidade_para_o_reencontro_entre_teorica_e_pratica Acessado em 1 de abril de 2014.
- REYES, Gerardo. *Periodismo de Investigación*. México: Trillas, 1999.
- SEQUEIRA, Cleofé Monteiro de. *Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia*. São Paulo: Ed. Summus. 2005.
- SOLIANI, André. Siga o dinheiro: orçamento e a cobertura das políticas sociais. In. Guilherme Canela (org). *Políticas Públicas Sociais e os desafios para o Jornalismo*. ANDI, Editora Cortez, São Paulo, 2008.
- WEBER, Max. *Ciência política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.